

RELATO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COM GESTANTES E PUÉRPERAS SOBRE O PLANO DE PARTO

**BRUNO PEREIRA DE SOUZA¹; ARIANE DA SILVA GONÇALVES²; LÁISA
EMANNUELE PEREIRA KNAPP³; CARLA LARISSA MACIEL MARQUES⁴;
CÍNTIA RIBEIRO LEMES⁵; LISIE ALENDE PRATES⁶**

¹*Universidade Federal do Pampa – brunosouza.aluno@unipampa.edu.br*

²*Universidade Federal do Pampa – arianegoncalves.aluno@unipampa.edu.br*

³*Universidade Federal do Pampa – laisaknapp.aluno@unipampa.edu.br*

⁴*Universidade Federal do Pampa – carlamarques.aluno@unipampa.edu.br*

⁵*Universidade Federal do Pampa – cintiaribeiro.aluno@unipampa.edu.br*

⁶*Universidade Federal do Pampa – lisieprates@unipampa.edu.br*

1. INTRODUÇÃO

O processo de nascimento pode ocorrer por via vaginal ou por meio de procedimento cirúrgico, chamado cesariana. As evidências científicas têm associado o parto vaginal com melhores desfechos materno-fetais, sendo que a cesárea costuma ser indicada em situações de urgência, em que há riscos ao bem-estar da gestante e/ou de seu filho (VICENTE; LIMA; LIMA, 2017). Didaticamente, o trabalho de parto pode ser dividido em quatro períodos clínicos do parto, sendo eles, dilatação, expulsivo, dequitação e reestabelecimento (PRATA, 2015).

Para além das questões fisiológicas, o parto pode representar um evento singular. Nesse contexto, o estado psicológico, assim como as questões culturais, podem influenciar a vivência da mulher e de sua família (LOPES; SILVEIRA, 2021). Com isso, reconhece-se a importância de abordar essa temática desde o pré-natal, compartilhando conhecimentos, visando esclarecer dúvidas e reduzir sentimentos negativos ligados ao evento.

Nesse panorama adentra o Plano de Parto (PP), descrito por Sheila Kitzinger, no ano de 1980, nos Estados Unidos, e que consiste em documento de caráter legal, contendo as escolhas da mulher para o seu pré-parto, parto e pós-parto (SILVA et al., 2017). Entende-se que a construção do PP pode colaborar no empoderamento feminino quanto às questões ligadas ao parto e nascimento.

O PP precisa ser elaborado pela paciente, com o auxílio de profissionais de saúde. É um documento que tem como objetivo orientar e preparar a mulher, seu(sua) companheiro(a) e a equipe de saúde que atenderá o parto. Nesse documento, é fundamental salientar os procedimentos que geram conforto à parturiente e aqueles indesejáveis, sendo que ela deve ser comunicada, caso ocorra qualquer alteração que necessite de intervenção (SILVA et al., 2017).

O PP pode contribuir para a restituição da autonomia da gestante/parturiente. O uso desse instrumento pode auxiliar na qualificação da assistência materno-infantil, reduzindo e/ou eliminando atos de negligência, imperícia e imprudência, assim como as situações de violência obstétrica (SILVA et al., 2017). A partir do exposto, esse trabalho tem como objetivo apresentar o relato de experiência de atividade extensionista desenvolvida por discentes do curso de Enfermagem, em um grupo de gestantes e puérperas, tendo como foco o PP.

2. METODOLOGIA



Trata-se de relato de experiência referente à atividade do projeto de extensão intitulado GestaPampa, que consiste em um Grupo de Gestantes e Puérperas, vinculado à Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). O encontro ocorreu de modo virtual, na modalidade *on-line* e síncrona, via Google Meet, no dia 22 de junho de 2021.

O encontro e a temática foram divulgados por meio das redes sociais antecipadamente. Contou com a participação da professora coordenadora, acadêmicos integrantes do projeto e do curso de graduação em Enfermagem da UNIPAMPA, duas gestantes, uma puérpera, dois enfermeiros, agentes comunitários em saúde e alunos residentes do Programa de Residência Integrada Multiprofissional da UNIPAMPA.

O encontro foi mediado pelos acadêmicos do curso. Inicialmente foi explicado como ocorreria a dinâmica e foi estabelecido que, no final da dinâmica, a participante (gestante ou puérpera) que ganhasse mais pontos ao responder corretamente às perguntas no chat receberia um prêmio. Foi trabalhado a temática Plano de Parto, a partir da dinâmica “Duas verdades ou uma mentira”, onde foram projetadas seis questões com três alternativas cada, referente a temática.

Durante a realização da dinâmica, às questões foram projetadas e lidas em voz alta pelos alunos mediadores, onde estas foram respondidas pelos participantes via chat. Ocorreu a interação entre todos os presentes, discutindo e esclarecendo os principais pontos e dúvidas que surgiram referente às questões apresentadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as seis perguntas utilizadas na dinâmica, verificou-se que três delas geraram mais dúvidas nas participantes, quais sejam: “Você sabe o que é um plano de parto?”, “O plano de parto é respeitado?”, “O que o plano de parto me garante?”. Portanto, percebeu-se o desconhecimento sobre o conceito de PP e os direitos da parturiente.

Nesse contexto, considera-se que o PP pode representar uma ferramenta capaz de contribuir no respeito aos direitos e à autonomia das gestantes no momento do parto. Portanto, durante o desenvolvimento da atividade, explanou-se os direitos da parturiente, o conceito de PP e de que maneira ele pode ser elaborado. As participantes demonstraram ter conhecimento limitado sobre o assunto e informaram que não haviam elaborado esse documento na gestação atual e em gestações anteriores.

O mesmo achado pode ser encontrado em outras realidades, visto que, mesmo com a recomendação quanto a sua construção pela Organização Mundial da Saúde (OMS), presencia-se uma insuficiência de estudos acerca do tema. Os estudos sobre o PP demonstram baixa adesão das mulheres ao instrumento, assim como pouco apoio profissional para o seu cumprimento (MEDEIROS et al., 2019).

As participantes também enfatizaram que tinham dúvidas sobre a garantia de seus direitos, no cenário atual de pandemia de COVID-19, em razão das medidas de restrição impostas. Elas relataram receio sobre a possibilidade da presença de acompanhante na hora do parto e também sinalizaram que o acesso era permitido para pacientes do sistema suplementar e negado às pacientes do sistema público.

4. CONCLUSÕES



Com a realização da atividade de educação em saúde e empoderamento feminino a partir da explanação sobre o PP, espera-se que as mulheres estejam minimamente preparadas para expressar seus desejos em relação ao momento do trabalho de parto, parto e pós-parto. Além disso, almeja-se que os conhecimentos compartilhados no encontro provoquem nas mulheres o desejo de reivindicar pela garantia e respeito aos seus direitos.

Considera-se que a atividade de educação em saúde representa estratégia potencial para a multiplicação de informações dentro da comunidade. Logo, comprehende-se que as participantes podem disseminar as informações para outras mulheres, gerando uma rede de empoderamento feminino.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LOPES, M.R.; SILVEIRA, E.A.A Expectations and experiences in the childbirth process from the perspective of symbolic interactionism. **Online Brazilian Journal Of Nursing**, p.2-3, 2021.
- MEDEIROS, R. M. K. et al. Repercussões da utilização do plano de parto no processo de parturição. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 40, e20180233, 2019.
- OMS-Organização Mundial da Saúde. Saúde Reprodutiva e da Família. Saúde Materna e Neonatal. Unidade de Maternidade Segura. **Assistência ao parto normal**: um guia prático: relatório de um grupo técnico. Genebra: OMS; 1996.
- PRATA, A.R. **Medidas não farmacológicas no alívio da dor no trabalho de parto**. Dissertação. Mestrado em Enfermagem Saúde Materna, Obstetrícia e Ginecologia. Escola Superior de Saúde de Viseu, Instituto Politécnico de Viseu. 2015.
- SILVA, A.L.; NEVES, A.B.; SGARBI, A.K.; SOUZA, A.R. Plano de parto: ferramenta para o empoderamento de mulheres durante a assistência de enfermagem. **Revista de Enfermagem da UFSM**, p.144-151, 2017.
- VICENTE, A.C.; LIMA, A.K.; LIMA, C.B. Parto cesáreo e parto normal: uma abordagem acerca de riscos e benefícios. **Temas em Saúde**, v.17, n.4, p.24-35, 2017.